José Reis, *O real. Na causalidade, conhecimento, ética e religião* (Porto: Edições Afrontamento, 2023). ISBN: 978-972-36-1970-6. 398 pp.

“Einstein fez-nos ver o mundo da física de outra maneira; aqui fazemos o mesmo, ver o mundo de outra maneira, ao nível das noções que estão na base de tudo – também na física –, ou seja, ao nível da filosofia fundamental”. Com estas linhas, destacadas na contracapa da obra, anuncia-se a publicação de um livro que reúne as mais recentes conquistas de um pensamento filosófico original.

Bastaria afirmá-lo para recomendar a sua leitura em época, como a nossa, na qual escasseia o gosto pelo pensamento e, portanto, também não abundam os pensadores originais. Estes últimos reconhecem-se mormente pelo modo como investem tempo a procurar o que mais intensamente chama a pensar; e destacam-se, acrescente-se, pelo modo como sabem “perder o tempo certo” para o dizer da forma mais clara possível. É preciso tempo para pensar. E é preciso ainda mais tempo para dizer o que se pensa de modo simples e luminoso.

Um tal tempo do pensar mede-se, por vezes, ao longo de décadas. Por essa razão, e desde as primeiras linhas, o leitor atento deste livro de José Reis irá recordar-se – no presente e *como presente* – de *Nova Filosofia* (1990), em cuja introdução se esboçava já o mapa de todo um programa de investigação. Lembre-se o ponto de partida estruturado como necessária destruição dos equívocos que rodeiam a “questão mais básica da nossa cultura”, a questão da causalidade (“*donde vêm as coisas?*”); o desenvolvimento assente na eliminação das imprecisões que impedem uma correta solução para a questão, “tão básica como a precedente”, do conhecimento (“o que é, verdadeiramente conhecer as coisas?”); a procura de rigor apontando para uma “nova conceção de tempo” – cuja investigação, como bem sabem os leitores de José Reis, se sedimentará no monumental *Sobre o tempo: Aristóteles, Plotino, St.º Agostinho, Kant, Bergson, Husserl, Heidegger, Conclusões* publicado em 2007.

Mas não era tudo. Nesse texto publicado nos anos noventa percebia-se que “assentando já nas duas questões anteriores, mas num outro sendo mais básica que elas, porque a própria *acção crítica* é uma *acção* e então é preciso saber porque a fazemos, há ainda a questão ética. *Porque fazemos nós* tudo o que fazemos” (*Nova Filosofia*, p. 13). E também isso não era tudo, pois “assentando agora nas três questões anteriores, mas num outro sentido sendo tão básica como elas porque, no que se refere à primeira e à terceira, Deus é o *princípio* e o *fim* de tudo e, no que se refere à segunda, não é indiferente para o Conhecimento que, para além da esfera *da razão*, haja ou não a esfera do mistério, há ainda a questão religiosa” (*Nova Filosofia*, p. 15).

Subjacente a este percurso, cedo se sugeriu que a chave crucial da reflexão, passava por uma renovada reflexão sobre o tempo, mais ainda assentava, como fértil raiz fundamental, na tese segundo a procura do prazer e a fuga à dor deveriam ser desvendadas como “a única coisa que move o homem”. As implicações e o alcance desta tese, simples na sua formulação, mas particularmente complexa e densa nas suas implicações não hedonistas (porque filosoficamente fundamentais), fixaram-se

de modo cimeiro em *O Prazer e a Dor. Diónisos na escola de Apolo*, livro saído do prelo em 2008.

Em *O Real*, as temáticas e os problemas fundamentais referidos voltam a ser enfrentados: a causalidade, a ilusão que nela subsiste, a origem “efetivamente analítica” da causalidade e a “transformação sintética”, a questão do movimento e das “coisas feitas”, o problema do tempo e a “radicalidade da contingência”; o conhecimento, a ilusão que nele subsiste, a questão da representação, o problema crucial da “existência das coisas durante o tempo em que não são percebidas”, a percepção e a memória, o “sujeito” e o “objeto”, o “acto de conhecer” e a “cegueira” do realista; a ética, a ilusão que a atravessa, o prazer e a dor, a arte, a vontade e o desejo, a liberdade; a religião, a ilusão que nela subsiste, os tipos de religião, a crítica moderna da religião, o que fica após destruídas as ilusões. Em face de tal análise de grande fôlego, e pensando ainda no que atrás referimos da obra filosófica do autor, perguntar-se-ia: o que aporta de novo a tal percurso vigoroso de pensamento este *O Real*? Que novos desenvolvimentos – porque é de um mesmo percurso que se trata – foram sendo amadurecidos ao longo dos últimos quinze anos, desde a publicação de *O Prazer e a Dor*?

Talvez as linhas iniciais do livro que apresentamos nesta ocasião resumam o essencial: “Digo: O Real – na causalidade, conhecimento, ética e religião. Porque, uma vez descobertas as ilusões que nestes domínios ainda há, as quais enquanto tais se reduzem ao nada, o que fica é na verdade a exatidão e a simplicidade do real que nelas há” (p. 17). O esquema de fundo da obra encontra-se bem indicada nestas linhas: depois de descobertas – e destruídas – as ilusões, fica a “exatidão e simplicidade” do real, do *real que fica* (cf. p. 389) depois de retiradas as ilusões da causalidade (pp. 37-93), do conhecimento (pp. 95-216), da ética (pp. 217-290) e da religião (pp. 291-398). O real que, em cada uma das questões aludidas, *fica*, ou *resiste*, é, digamo-lo deste modo, a parte positiva do que se destruiu. E o que assim fica, sendo “exato e simples” (tão exato e simples que o autor não deixa de procurar igualmente saber por que razão “começou pelo que se revela ser uma ilusão”) não é, no entanto, pouco, como o atesta a paciente investigação que nestas páginas o leitor competente de filosofia poderá encontrar.

A dificuldade, para quem recenseia *O Real*, é a de conseguir ser minimamente económico. Para tal, seria certamente necessário escrever esta modesta apresentação com o mesmo rigor que se encontra na obra a apresentar, onde apenas as palavras certas – nem mais, nem menos – são escolhidas. O autor desta recensão confessa-se incapaz de tal tarefa. Com efeito, ao intentar o exercício de resumo, rapidamente constatou que a recensão se fazia estudo e o estudo se fazia exigência de mais tempo, um tempo do qual esta recensão, em querendo sublinhar a atualidade da publicação, não poderia dispor. Para já, deixamos, pois, aos leitores a descoberta, sugerindo apenas como pistas duas passagens que a seguir se destacam. Uma que encontramos na Parte II, dedicada ao “conhecimento”: “não havendo mais a representação, ou seja, o duplo em nós através do qual conhecíamos a coisa lá fora, e não havendo mais o ver

que, queiramos ou não transformava o ser às escuras num ser iluminado, de modo que já nunca conhecíamos o ser real tal como ele era mas transfigurado, nós sim [e não o realista], sem qualquer mediação ou alteração, conhecemos as coisas tal como elas são, conhecemo-las, podemos dizê-lo, como nuas e sem véus” (p. 169). E agora estoutra que se pode ler no início da terceira parte do livro e que, na sua simplicidade profunda, acarreta novidades incontornáveis para a nossa tradicional forma de encarar a ética e a religião: “[o prazer e a dor] são exatamente isto, o *bom* e o *mau*, nem mais, que já não os seria, nem menos, que os perderia” (p. 219).

Luís António Umbelino

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras

Unidade I&D CECH / Unidade I&D IEF

lumbelino@fl.uc.pt

Orcid: 0000-0002-5242-4863

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_64_16